

Ata de Audiência Pública para Discussão do Licenciamento do Projeto de Construção do Duto Multifásico Anambé/Furado.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, no auditório da Secretaria Municipal de Educação localizada no município São Miguel dos Campos do estado de Alagoas, deu-se início à audiência pública para discussão do licenciamento do projeto de construção do duto multifásico Anambé/Furado, contando com a presença de integrantes da equipe técnica de análise do IMA, representantes da Petrobrás e comunidade local. Iniciada às dez e quarenta e seis da manhã, o presidente de mesa Sérgio Godoy, gerente de licenciamento do IMA deu por aberta a audiência pública supracitada, a empresa Petrobrás protocolou no IMA o pedido de licença prévia através de processo IMA n. 2019.1410040528.LP.IMA. O presidente Sérgio Godoy fez a formação da mesa, convidou representantes da comunidade local para compor a mesa, o Secretário de Cultura do município de São Miguel dos Campos, Leonel Cavalcante, convidou o administrador Davi Georges, da interessada Petrobrás e convidou o engenheiro Luiz Sávio Souza, representante do IMA para apresentar o relatório de impacto ambiental, e indicou para secretariar a audiência a senhora Gabriela Melo. O presidente de mesa, Sérgio Godoy, passou a palavra ao secretário de cultura do município, Leonel Cavalcante, que disse que é fundamental que a Petrobrás abra esse processo para que a sociedade possa participar das discussões da audiência pública para não causar danos à sociedade e que esta possa participar para que as decisões públicas sejam melhores direcionadas pelos representantes locais; deu as boas-vindas aos visitantes a São Miguel dos Campos e ressaltou a importância da audiência. As regras da audiência foram citadas pelo presidente de mesa Sérgio Godoy, em que tanto o responsável pelo empreendimento, quanto a apresentação do relatório de impacto ambiental tiveram quarenta minutos para apresentação e após o término das apresentações, haveria quarenta minutos para perguntas escritas através de formulários preenchidos pelos presentes e entregues em mesa para leitura das perguntas e indicação de qual o responsável pelas respostas. O presidente Sérgio Godoy desfez a mesa e deu início às apresentações, pelo empreendedor Davi Georges, da Petrobrás. Davi Georges trabalha na Petrobrás desde 2006, hoje na gerência de projetos, estão com um projeto em fase de licenciamento e esse projeto da construção do duto, passou algumas informações breves do histórico da Petrobrás em Alagoas, nas características operacionais da Petrobrás e discorreu sobre o projeto. Davi Georges mostrou as informações na apresentação de slides, comentou sobre o histórico da Petrobrás e o início da



exploração que se iniciou no bairro Tabuleiro dos Martins em Maceió, Alagoas. Inauguraram-se outras estações pelo estado, a exemplo da estação da cidade de Pilar. Davi Georges apresentou as imagens das estações e explicou os processos da Petrobrás através dos slides, produção da Petrobrás de óleo e números de produção de barris por dia no estado de Alagoas. Apresentou as características do óleo e do gás, produzido e encaminhado para a comercialização com os dois principais clientes, um deles sendo a Algás que abastece toda a Maceió e alguns municípios, tanto para GNV quanto para indústrias. O empreendimento tratado é um duto multifásico que liga a estação de Anambé a estação de Furado, onde já se localizam campos e dutos de produção. O projeto visa duplicar mais ou menos a produção de óleo e gás nesses locais supracitados. O objetivo do empreendimento é o lançamento de aproximadamente dez mil e duzentos metros de dutos paralelos ao duto existente. O investimento aproximado é de sete milhões durante a fase de execução, com um ganho de produção em que a empresa precisa retornar esse investimento em aproximadamente setenta e quatro mil metros cúbicos e cento e quarenta e nove metros cúbicos de óleo por dia. Além desse ganho para a Petrobrás, há o ganho para o município e agentes interessados. Apresentaram-se nos slides imagens que ilustram a construção e lançamento de dutos. A duração aproximada da obra é em torno de cento e trinta dias e há aproximadamente cento e quarenta pessoas envolvidas nessa execução em horário normal de trabalho e podendo acontecer trabalho aos sábados e domingos. O método de construção é um método bem explicado pela indústria, tradicional, algo que já é feito há muito tempo através da abertura de valas, inserção de tubos, preferencialmente com forro direcional. Outros detalhes da construção foram apresentados e a apresentação foi encerrada pelo apresentador, com um conceito básico da obra que será executada. Em seguida, o engenheiro Luiz Sávio Souza fez a apresentação pessoal, como prestador de serviços e de consultoria para o estudo do impacto ambiental, atuando com o coordenador técnico do estudo e apresentou os auxiliares técnicos desse estudo que estão presentes na plateia e podem ajudar a esclarecer dúvidas sobre o estudo. Tem formação em engenharia química, com algumas especializações na área ambiental e de análises e gestão de riscos. Há muitos anos atua na área ambiental especificamente no licenciamento ambiental de petróleo e gás. Iniciou a apresentação do relatório que disciplina como deve ser feito o licenciamento de cada tipo de empreendimento, especificamente na área de petróleo e gás. O tipo de impacto causado por essas atividades varia bastante. Esse empreendimento exige o relatório de impacto ambiental e a existência de uma audiência pública para possibilitar uma participação da sociedade na discussão e na legitimação do processo de licenciamento. Uma particularidade também importante nas exigências do termo de referência do IMA é a apresentação de



um estudo de análise de risco, sempre exigida para dutos com essas características, que é importante para avaliar até que distância do duto seria afetada por um acidente e determinar se os riscos são manejáveis ou não. O engenheiro Luiz Sávio falou disso por motivo de que esses aspectos têm influência em como o estudo foi realizado. Apresentou os pontos do estudo na apresentação de slides. O IMA exige que se defina uma área de influência direta e uma de influência indireta, cabe a quem realiza o estudo propor uma determinada abordagem do que é feito no estudo de impacto ambiental, esse processo específico que foi protocolado no IMA no ano passado. O apresentador trouxe cópias do relatório, e o processo é um documento público aberto para consulta. Apresentou a área de influência direta considerada no estudo, tomado por base inicialmente uma distância de até trezentos e cinquenta metros em relação ao eixo do duto, em que se considera que toda essa área ao longo da extensão do duto que vai somar cinco mil e trezentos metros nesse primeiro trecho mais cinco mil e setecentos no segundo trecho, essa área toda corresponde a cerca de cento e oitenta mil metros quadrados que nesse empreendimento passa a ter uma faixa de dutos disciplinadas, Luiz Sávio apresentou os posicionamentos dos dutos na apresentação de slides. Na distância estabelecida de até trezentos e cinquenta metros podem haver danos associados a fauna e flora na hipótese de algum acidente. Isso traria consequências indiretas para o meio socioeconômico, desse modo, considerou-se também todo o município de São Miguel dos Campos como área de influência. A tendência de que os impactos socioeconômicos sejam fatores de importância se dá também porque o município naturalmente será uma base para estadia, alimentação e transporte para as equipes envolvidas no trabalho de construção, numa previsão de duração de cerca de seis meses na construção e contratação de cerca de cento e quarenta pessoas trabalhando em regime administrativo e também no fim de semana, que precisarão estar se deslocando para a obra e a cidade é uma base importante para dar apoio a esse processo. Uma característica importante que foi citada, foi que o posicionamento do duto vai se dar numa área em que praticamente não há comunidade, basicamente são áreas de canaviais, só haverá comunidade numa área mais próxima da estação de Furado e mais afastado do duto, há uma fazenda, a mais próxima está a mais de trezentos e cinquenta metros que é a distância apontada inicialmente como segura para eventuais acidentes, em todas as situações são comunidades fora da zona de risco do empreendimento. Há poucas interferências relacionadas com o processo de duplicação propriamente dito, em áreas que não há uma utilização diferente do que é predominante, que é plantação de cana de açúcar, e já são dedicadas a passagem de dutos preexistentes. Consequentemente, não haverá desapropriação de residências nessa região toda. É uma região com predominância de cana de açúcar e de pastos. Luiz Sávio apresentou mais



características do meio ambiente da região, falou sobre o tipo de solo e de relevo. O empreendimento se situa na bacia hidrográfica do rio São Miguel, mas a única interferência com algum corpo hídrico é a travessia de um rio pequeno, cuja construção provavelmente ocorrerá com uma perfuração por baixo do rio até sair do outro lado de forma que não há nenhuma interferência nas características do rio. É possível também fazer outra forma de lançamento dos dutos, fazendo o desvio temporário do leito do rio, depois se reconstitui esse leito à sua normalidade. É a única interferência ambiental significativa. Não há necessidade de medidas especiais de controle pois não há declividades muito altas. Luiz Sávio apresentou uma foto mostrando o rio e os trechos onde há declividades. Há uma nascente que não sofrerá interferência do empreendimento. Num raio de dez quilômetros do eixo do duto não há unidades de conservação e preservação de fauna e flora. Só há um local em que há a interferência de local de preservação permanente, que é no rio retiro, cujas áreas são consideradas de proteção permanente. Luiz Sávio apresentou como o estado já foi muito rico em Mata Atlântica e ao longo do trecho do duto há alguns fragmentos de Mata Atlântica, apontados em imagem na apresentação de slides e especificou os tipos de plantações e árvores. Não haverá supressão de vegetação, pois todo o trabalho se dá em área de canavial. Com relação a fauna, procuram-se ver quais as espécies ameaçadas ou vulneráveis, baseadas nas espécies listadas pelo ministério do meio ambiente, as espécies não sofrem riscos e ameaças imediatos com o empreendimento. As espécies apenas podem ser encontradas na reunião, mas não significa que estejam presentes e que possam ser diretamente atingidas. Para fazer avaliação dos impactos, utilizou a apresentação da empresa interessada, Petrobrás, e a apresentação do relatório ambiental e impactos socioeconômicos. Fez-se a análise de impactos com critérios a partir dos quais se faz a classificação do IBAMA, como positivos ou negativos; forma de incidência direta ou indireta; tempo de incidência; permanência temporária, permanente, reversível ou irreversível; impactos que podem induzir outros impactos; frequência; magnitude; sensibilidade ambiental da área para se chegar à importância. A magnitude tem a ver com o tamanho das consequências causadas por aquele impacto, a sensibilidade tem muito a ver com a característica ambiental do local e a partir do cruzamento de magnitude e sensibilidade que se chega à classificação do impacto de ser baixa, média ou alta. Luiz Sávio apresentou uma lista de impactos para o empreendimento de petróleo e gás que aparece no estudo de impacto ambiental detalhadamente, assim como no RIMA, e seguiu discorrendo sobre esses impactos e aspectos. Aspectos socioeconômicos, interferência no uso, na ocupação e valor do solo, são fatores que podem ocorrer em qualquer empreendimento que visa alterar as condições de uso do local. Há processos de construção; definição de área; alteração da qualidade cênica, que também é



considerada impacto e, no presente caso, se torna menos importante devido ao duto ser enterrado; circulação de renda num incremento na economia local, estadual e nacional devido a demanda por materiais equipamentos e insumos de serviços durante a fase de implantação; aumento da produção de petróleo e gás que ajuda na manutenção dos empregos na área; uma obra de grande porte tem a tendência que exista um incremento na demanda por serviços urbanos, de saúde, inclusive, que precisa atender ao contingente de pessoas, mas como essa obra tem um número pequeno e não demanda um grande incremento nesses serviços; não gera uma quantidade significativa de resíduos; não tem essa característica de geração de resíduos excessivos, embora os poucos resíduos produzidos precisem de um tratamento e disposição adequados; aumento no tráfego rodoviário para equipamentos e pessoal; considera-se também a possível contaminação do solo e de águas, assim como a qualidade do ar por conta da emissão de poluentes das máquinas durante a implantação; os impactos em geral citados anteriormente são caracterizados como negativos, exceto aqueles relacionados com o incremento da economia e geração de empregos. Embora sejam negativos, são de baixa magnitude, até mesmo os que são positivos têm baixa magnitude com efeitos pequenos, e ao se cruzar a magnitude com a sensibilidade dos efeitos ambientais, chegou-se à classificação de importância pequena e média de impactos, devido a simplicidade do empreendimento. Ainda assim, exige-se que sejam indicadas as medidas de controle, preventivas ou que minimizem os impactos negativos e até aumentem os positivos. O que a Petrobrás pretende fazer para atender às exigências: máquinas operando em níveis de ruídos adequados e a manutenção de máquinas para controle de emissão de poluentes na atmosfera; resíduos gerados serão tratados dentro da sistemática de gerenciamento de resíduos que a Petrobrás trata, desde sua origem a destinação final em locais licenciados; gerenciar a contaminação do solo e áreas superficiais para evitar problemas, onde a medida recomendada é de limpeza de solo; gerenciar as emissões atmosféricas através de ajustes no maquinário, a exemplo o uso de catalizadores para controlar o nível de emissões e uso de máquinas modernas que já estão ajustadas para o controle de emissões. Por se tratar de uma obra que não tenha um consumo intensivo de água, não haverá captação local, boa parte da água provavelmente virá de caminhão-pipa quando necessário; mitigar efeitos no tráfego rodoviário em acessos em que haja precariedade, embora não seja um tráfego intenso de veículos que acontecerá. Para esses impactos considerados positivos relacionados a economia e geração de empregos, falou-se da possível contratação de mão de obra de serviços locais e regionais, embora passe por processos licitatórios. Por fim, Luiz Sávio apresentou um pouco sobre o plano de resposta a emergência, em que há uma exigência inicial para avaliar os riscos de acidentes de um empreendimento como esse, de todos os possíveis cenários



acidentais que poderiam acontecer para acarretar um vazamento acidental. Foram avaliados todos os cenários por uma equipe multidisciplinar, e chegou ao número de noventa e dois por cento desses cenários que são toleráveis, à medida que também foi feita uma avaliação para saber se houve critérios intoleráveis. Geralmente a exigência é alta em relação a se considerar um risco tolerável, ele precisa ser muito baixo para ser tolerado e ele continuará sendo muito baixo se as medidas construtivas e de proteção forem boas o bastante para serem sempre controladas em valor baixo. O duto enterrado já contribuiu para que o risco de acidentes seja menor, mas há outros quesitos, como a espessura do duto, entre outros. O estudo de vulnerabilidade foi feito para determinar a possibilidade de que se o duto vazar, o quanto vaza, como vaza, como se dispersa, e em caso de incêndio e explosão, que área pode ser atingida e quais as consequências disso. A área máxima atingida por efeitos considerada importante está aquém dos trezentos e cinquenta metros considerados inicialmente como área de impacto, portanto o risco é tolerável, o fato de ser muito baixo também tem a ver como fato de que não há população no entorno. O risco social é calculado considerando a presença de pessoas, quando não se há pessoas, o risco social não existe, é zero. Luiz Sávio apresentou também um plano mais específico da resolução do conselho nacional do meio ambiente voltado para a proteção de recursos hídricos principalmente em decorrência da contaminação por óleo, em que se exige um conjunto de medidas para garantir que isso seja recuperado da maneira mais rápida possível. Essa resolução está aparada na lei do óleo que exige procedimentos e ações a serem realizadas em casos de contaminação por óleo, e o recurso previsto para a situação de emergência envolve embarcações, barreiras de proteções, equipamentos para a remoção de solo contaminado. O engenheiro Luiz Sávio encerrou a apresentação e abriu para questões, a palavra retomada pelo presidente de mesa Sérgio Godoy, que refez a mesa com os presentes inicialmente. Foram quarenta e nove minutos de apresentação dos representantes do IMA e da Petrobrás, logo, o presidente de mesa Sérgio Godoy abriu iguais quarenta e nove minutos para perguntas. Uma senhora da plateia (sem apresentação) apresentou uma dúvida sobre morar em uma área específica, num sítio onde já aconteceu um acidente, com o fogo da Petrobrás, ela mora muito próximo à área e tem dúvidas se pode plantar coqueiros, construir residência e qual o perigo desses dutos passarem dentro do sítio, questão que ela ainda não sabe se vai passar. Respondeu o representante da Petrobrás, Davi Georges, que disse que está com uma gerência de terra entrando em contato com todos os proprietários que possuem limitação com a área do novo duto, a gerência de terras vai conversar com todos e entrou em contato com algumas pessoas e nessa área do duto não há nenhum tipo de risco em relação à comunidade e aos proprietários. A questão de plantio e lavoura será esclarecida pela gerência de



terras ao definir exatamente onde vai passar o duto, explicou também que já existe um duto construído que escoar a produção de Anambé. Esse novo empreendimento vai ser a construção de um duto um metro ao lado do duto existente. Anambé produz desde 2005, a ideia da Petrobrás é manter essa área toda isolada, a gerência de terras vai entrar em contato com a participante e explicar as consequências da passagem do duto, que são bem pequenas em relação ao impacto. Em seguida, Sérgio Godoy leu uma pergunta referente a se houve pesquisa arqueológicas na área do empreendimento, com preocupação quanto aos sítios arqueológicos, escravocratas e indígenas. Respondeu o engenheiro Luiz Sávio que é uma área que não tem interesse arqueológico e conta com liberação do IPHAN, que se algum objeto de interesse arqueológico seja encontrado, a obra é parada e o problema encaminhado para o IPHAN. O participante da audiência (não identificado) falou sobre os sítios arqueológicos em Furado, que é uma região escravocrata, e aponta que em São Miguel dos Campos há dois sítios arqueológicos, tem relação com indígenas, e encontrou-se na parte alta da cidade, acima do duto, vestígios e resquícios dos índios e peças indígenas, portanto preocupa-se com a preservação dos artefatos arqueológicos. Esclareceu-se entre o presidente de mesa Sérgio Godoy e Guilherme, que trabalha na Petrobrás, que a Petrobrás adquiriu o pedido de anuência do IPHAN com a ressalva de que encontrados quaisquer registros arqueológicos, comunica-se imediatamente ao IPHAN para que sejam tomadas as devidas providências. O presidente de mesa Sérgio Godoy leu outro questionamento se houve divulgação da audiência pública nos meios de comunicação legais. Os participantes questionaram sobre a falta de divulgação local e pouca presença de pessoas locais. Guilherme, da Petrobrás, explicou que foram distribuídos panfletos a comunidade local que vive próximo às áreas do empreendimento, e feitos convites formais ao Ministério Público Federal, Estadual, Usina Caetés, Defesa Civil, foram colocadas faixas na entrada do caminho que vai para Furado e na Secretaria de Meio Ambiente e a prefeitura também foi convidada para estar presente na audiência, além de disponibilizar transporte para os interessados que não conseguissem chegar ao local da audiência. Sérgio Godoy agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a audiência pública às onze horas e cinquenta e um minutos, atestando a validade da audiência conduzida de acordo com os devidos trâmites legais.

